

# Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.716.035 - PR (2017/0328184-0)**

**RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**AGRAVANTE : ESTADO DO PARANÁ**  
**PROCURADORA : LUYZA MARKS DE ALMEIDA E OUTRO(S) - PR048121**  
**AGRAVADO : AGAR TRISTÃO ZERONIAN**  
**AGRAVADO : ANA DOS SANTOS OLIVEIRA**  
**AGRAVADO : MARIA APARECIDA BUORO**  
**AGRAVADO : MARIA APARECIDA LEMES**  
**AGRAVADO : MARIA DAS GRAÇAS RODRIGUES ZAVADZKI**  
**AGRAVADO : MARIA DIAS DOS SANTOS**  
**AGRAVADO : MARIA EUNICE DE MORAES PACHECO**  
**AGRAVADO : MARIA JOSÉ DE SOUZA CALIANI**  
**AGRAVADO : MARIA TAKAHASHI**  
**AGRAVADO : MARIA VALDEREZA TROMBETTA**  
**AGRAVADO : MARINA CORREA DI GIORGIO**  
**AGRAVADO : MATILDE GODOY CAMPOS DE OLIVEIRA**  
**AGRAVADO : MARIA JOSÉ DE SOUZA**  
**AGRAVADO : NEIDE MARTINS DE CAMPOS**  
**AGRAVADO : NELLY RODRIGUES FERREIRA DE CAMPOS**  
**AGRAVADO : ROSA PINHEIRO POLONIO**  
**AGRAVADO : RUTH LIMA DE OLIVEIRA**  
**AGRAVADO : SANTINA KIYOMI HAYASHI CANTARELLI**  
**AGRAVADO : SILVIA PAN**  
**AGRAVADO : SOLIMAN JORDÃO GONÇALVES**  
**AGRAVADO : SONIA NAPOLI GOELDNER**  
**AGRAVADO : SUELI MARIA KOPRUSZYNSKY**  
**AGRAVADO : TAKAE MUKAI**  
**AGRAVADO : TEREZA MIEKO AKASAKA TORII**  
**AGRAVADO : TEREZINHA FERRARI PAGLIACCI**  
**AGRAVADO : THEREZINHA GONÇALVES GONDO**  
**AGRAVADO : THEREZINHA MARTINS DE OLIVEIRA**  
**AGRAVADO : THEREZINHA SANTOS GANASSIN**  
**AGRAVADO : TOTUGUI LITUKO**  
**AGRAVADO : UZIBIA APPARECIDA DE JESUS MEROTTI**  
**ADVOGADO : EDWIL CALIANI - PR006920**

## DECISÃO

Trata-se de agravo interno interposto pelo ESTADO DO PARANÁ contra a decisão de e-STJ fls. 882/886, que neguei provimento ao recurso em razão do entendimento do STJ de que, nas ações em que servidores públicos aposentados pleiteiam a equiparação de seus proventos com os vencimentos dos servidores da ativa, não ocorre a prescrição do próprio fundo de direito, mas apenas das parcelas anteriores ao quinquênio que precedeu o ajuizamento da demanda, conforme preconizado a Súmula 85 do STJ.

O agravante alega que, na "presente demanda, os autores,

# *Superior Tribunal de Justiça*

servidores estaduais inativos, insurgem-se contra o reequadramento e progressões funcionais promovidos pela Administração Pública Estadual por meio da Lei Complementar estadual 77/96" (e-STJ fl. 892). Assim, afirma que deve ser reconhecida a prescrição do fundo de direito.

Sem impugnação.

Passo a decidir.

Da análise dos autos, verifica-se que assiste razão ao agravante, já que a hipótese não se refere a pedido de equiparação entre os proventos de servidores públicos aposentados com os vencimentos dos servidores da ativa, e sim de reequadramento.

Com efeito, assim registrou o Tribunal de origem (e-STJ fl. 440):

A questão cinge-se à possibilidade dos professores aposentados na vigência da Lei Complementar n.º 07/76, no último nível da carreira, ocuparem a mesma posição com o advento das Leis Complementares n.º 77/96 e 103/2004, que reestruturaram as classes na tabela de vencimentos do Pessoal do Magistério Público Estadual.

No exame da espécie, os autos demonstram que os ora apelados aposentaram-se, no cargo de Professor Classe E, Nível 5, padrão mais elevado da carreira. Entretanto, através da Lei Complementar n.º 77/96, foi procedido o reequadramento deles em nível inferior.

Assim, reconsidero a decisão anteriormente proferida e passo à nova análise do recurso especial.

Trata-se de recurso especial interposto pelo ESTADO DO PARANÁ, com respaldo nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça daquele Estado assim ementado (e-STJ fl. 436):

Apelação cível e reexame necessário. Ação ordinária com preceito cominatório de obrigação de fazer com pedido de tutela antecipada. Servidores estaduais aposentados no nível mais elevado da carreira. Reclassificação para nível inferior da carreira. Inadmissibilidade. Servidores com direito garantido pelo artigo 40, § 8º, da Constituição Federal. Juros moratórios no percentual de 0,5% ao mês. Incidência do art. 1º-F da Lei nº 9494/97. Recurso parcialmente provido.

Embargos de declaração foram acolhidos sem atribuição de efeito modificativo (e-STJ fls. 466/473).

Nas suas razões, a parte recorrente aponta violação do art. 1º do Decreto n. 20.910/1932 e do art. 177 do Código Civil, afirmando que não se aplica na hipótese a prescrição vintenária, e, sim, a quinquenal, ocorrendo a prescrição do fundo de direito.

Contrarrazões às e-STJ fls. 561/568.

Juízo positivo de admissibilidade pelo Tribunal de origem consta

# Superior Tribunal de Justiça

à e-STJ fls. 572/575.

Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo n. 2).

Feita essa consideração, observa-se que a pretensão recursal merece prosperar.

Com efeito, esta Corte tem o entendimento de que, havendo lei especial que regula a prescrição das pretensões contra a Fazenda Pública – como no caso dos autos –, não há que falar na aplicação do Código Civil, norma geral. Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (FUNDEB). VALOR MÍNIMO ANUAL POR ALUNO (VMAA). CRITÉRIO DE FIXAÇÃO. MÉDIA NACIONAL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA RESP 1.101.015/BA. PRAZO PRESCRICIONAL QUINQUENAL. RELAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. TERMO INICIAL. PRINCÍPIO DA ACTIO NATA.

1. "Para fins de complementação pela União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental - FUNDEF (art. 60 do ADCT, redação da EC 14/96), o 'valor mínimo anual por aluno' (VMAA), de que trata o art. 6º, § 1º da Lei 9.424/96, deve ser calculado levando em conta a média nacional. Precedentes." (REsp Representativo da Controvérsia n. 1.101.015/BA, Primeira Seção, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJe 2/6/2010).

2. Nos moldes do entendimento também firmado na Primeira Seção desta Corte Superior de Justiça (Recurso Especial 1.251.993/PR, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe 19/12/2012), os prazos prescricionais do Código Civil não são aplicados às demandas movidas contra a Fazenda Pública, prevalecendo o prazo quinquenal previsto no Decreto 20.910/1932.

3. Por cuidar a hipótese de relação de trato sucessivo, que se renova mês a mês, uma vez que a complementação devida pela União é mensal, e, nos termos do art. 6º, § 3º, da Lei nº 9.424/96, não ocorre a prescrição do próprio fundo de direito, mas, apenas das parcelas relativas ao quinquênio que precedeu à propositura da ação, lapso não transcorrido na hipótese dos autos.

4. Agravo interno não provido. (AgInt REsp 1.636.839/AL, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, Primeira Turma, DJe 20/10/2017).

Ainda, o STJ entende que "o enquadramento ou reenquadramento de servidor público consubstancia ato único de efeitos concretos, não refletindo uma relação de trato sucessivo, e, por isso, a prescrição atinge o próprio fundo de direito" (REsp 1.408.031/PE, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, Primeira Turma, DJe 22/02/2018).

No mesmo sentido:

DIREITO ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. PLEITO DE REENQUADRAMENTO FUNCIONAL. FUNDO DE DIREITO. PRESCRIÇÃO. 1. A Primeira Seção do STJ firmou entendimento no sentido

de que, no caso, a pretensão envolve o reconhecimento de nova situação jurídica fundamental, e não os simples consectários de posição jurídica já definida, tratando o enquadramento ou reenquadramento de servidor público de ato único, de efeitos concretos, que não reflete relação de trato sucessivo. A prescrição, portanto, atinge o próprio fundo de direito, sendo inaplicável o disposto na Súmula 85/STJ (STJ, EREsp 1.449.497/PE, Rel. Ministro Og Fernandes, DJe de 3/9/2015). No mesmo sentido: STJ, EREsp 1.428.364/PE, Rel. Ministra Diva Malerbi (Desembargadora Federal Convocada do TRF/3ª Região), Primeira Seção, DJe de 19/4/2016; AgRg no AgRg no REsp 1.422.643/PE, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe de 24/3/2014. AgRg no REsp 1360762/SC, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 25/9/2013.

2. Nesse contexto, verifica-se que o Tribunal a quo decidiu de acordo com jurisprudência do STJ, de modo que se aplica à espécie o enunciado da Súmula 83/STJ.

3. Recurso Especial não conhecido. (REsp 1.686.375/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/10/2017, DJe 11/10/2017).

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 03/STJ. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. VIOLAÇÃO DOS ARTIGOS 489 E 1.022 DO CPC/2015. INOCORRÊNCIA. VIOLAÇÃO A DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. ANÁLISE. IMPOSSIBILIDADE. INOVAÇÃO EM SEDE DE AGRAVO INTERNO. IMPOSSIBILIDADE. REENQUADRAMENTO FUNCIONAL. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. ATO CONCRETO. ACÓRDÃO RECORRIDO EM SINTONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. CONTROVÉRSIA QUE EXIGE ANÁLISE DE PORTARIA. MATÉRIA INSUSCETÍVEL DE APRECIACÃO EM RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. TITULARIDADE DO ADVOGADO PÚBLICO. LEI 13.327/2016. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Inexiste violação aos artigos 489 e 1.022 do CPC/2015, quando não se vislumbra omissão, obscuridade ou contradição no acórdão recorrido capaz de torná-lo nulo, especialmente se o Tribunal a quo apreciou a demanda de forma clara e precisa.

2. É vedado, em sede de agravo interno, ampliar-se o objeto do recurso especial, aduzindo-se questões novas, não suscitadas no momento oportuno, em virtude da ocorrência da preclusão consumativa.

3. A prescrição da pretensão, por ser de reenquadramento funcional, atinge o próprio fundo de direito e está em sintonia com a jurisprudência firmada no âmbito deste e. STJ.

4. A via especial é inadequada para análise de Portarias, Resoluções, Regimentos, ou qualquer outro tipo de norma que não se enquadre no conceito de Lei Federal.

5. Os honorários advocatícios de sucumbência das causas em que forem parte a União, as autarquias e as fundações públicas federais pertencem ao advogado público.

6. Agravo interno não provido. (AgInt no ARESP 801.104/DF, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/10/2016, DJe 13/10/2016).

Na hipótese, assim destacou o Tribunal de origem quanto à prescrição (e-STJ fl. 472):

Por tal razão, meu entendimento é no sentido de que a pretensão de buscar o reenquadramento no último nível da carreira da magistratura estadual não se subordina à prescrição quinquenal disposta no artigo 1º do Decreto Federal

# *Superior Tribunal de Justiça*

nº, mas sim a vintenária, disciplinada pelo artigo 177 do mesmo CC/1916.

(...)

Verifica-se que no caso em apreço o termo a quo do prazo prescricional foi em 26 de abril de 1996, data da publicação da LC estadual nº 77/96, ato que alterou os níveis do quadro da carreira, materializando-se a suposta violação do direito dos autores.

Como a presente ação foi ajuizada em 255 de agosto de 2006 (fls. 02), não houve o decurso de lapso temporal prescricional.

Assim, forçoso reconhecer que se encontra prescrito o próprio fundo do direito.

Ante o exposto, RECONSIDERO a decisão de e-STJ fls. 882/886 e, nos termos do art. 255, § 4º, III, do RISTJ, DOU PROVIMENTO ao recurso especial para reconhecer a prescrição do fundo de direito e JULGAR IMPROCEDENTE o pedido inicial. Fixo a verba honorária em R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA  
Relator